

FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA
MESTRADO PROFISSIONAL ENSINO EM SAÚDE

MARIA VIRGÍNIA LELLIS DA COSTA ANDRADE

**Capacitação para consolidação e fortalecimento da integração,
ensino, serviço e comunidade**

MARÍLIA

2021

MARIA VIRGÍNIA LELLIS DA COSTA ANDRADE

**Capacitação para consolidação e fortalecimento da integração
ensino, serviço e comunidade**

Produto Técnico apresentado ao
Programa de Mestrado Profissional
Ensino em Saúde da Faculdade de
Medicina de Marília – Famema.

Orientadora: Prof. Dra. Danielle Abdel
Massih Pio

Coorientadora : Prof. Dra. Silvia Franco
da Rocha Tonhom

MARÍLIA

2021

SUMÁRIO

1. Introdução	05
2. Objetivos.....	08
2.1 Objetivos geral	09
2.2 Objetivo específico.....	09
3. Metodologia	09
4. Consideração finais.....	12
REFERÊNCIAS.....	13

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as mudanças advindas das reformas sociais e políticas mundiais impactaram na área de saúde e educação. No Brasil, a construção e organização do Sistema Único de Saúde (SUS) possibilitou uma nova concepção das práticas de saúde^{1,2} com reconhecimento das necessidades e contextos, articulando-se em rede potencializando o cuidado integral^{1,3}.

O SUS, implementado por meio da Lei 8080/1990 destaca-se como um dos maiores sistemas de saúde do mundo, norteados por seus princípios, propõe um novo modelo de atenção. Nessa direção, fomenta a necessidade de reorganizações e novas propostas de formação profissional aptos a compreender as reais necessidades de saúde e, assim, deflagrando processos de mudança nas instituições de ensino superior. Nesse contexto, ressalta-se o importante papel da parceria ensino, serviço e comunidade para o processo de transformação da formação e dos serviços de saúde.^{4,5}

As instituições de ensino, orientadas pela Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) foram imbuídas de repensarem seus currículos, suas propostas metodológicas e estratégias de implementação, além da própria relação com os serviços de saúde no sentido de favorecerem a vivência do Sistema Único de Saúde (SUS) durante a formação. Assim estratégias de regulação, como as DCNs, de fomento e articuladas de forma a atender às políticas dos ministérios da Saúde e da Educação, foram criadas e implementadas possibilitando projetos e programas envolvendo academia, serviços e comunidade, no desenvolvimento de ensino, pesquisa e assistência, como o Programa de Incentivo às Mudanças Curriculares nos Cursos de Medicina (PROMED), o Programa Pró-Saúde que inclui os cursos da área da saúde.^{3,4,6,7}

A articulação academia e assistência, fortaleceu o processo de sua integração com a instituição através da Lei 12.871, de 22/10/2013, dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), que busca aperfeiçoar a integração ensino e serviços.^{8,9}

O COAPES, possibilita pactuações que atendam a múltiplas necessidades e interesses, deixando claro responsabilidades bilaterais e oportunizando condições para novos contextos da graduação em saúde e residência, sejam vivenciados pelos milhares de estudantes da área de saúde, que tem como cenários de práticas, os diversos pontos de atenção da Rede de Atenção à saúde do SUS.⁷⁻⁹

Assim, portarias interministeriais, diretrizes curriculares em fortalecimento as políticas públicas, norteiam a formação profissional voltada ao cuidado integral em saúde, e a este processo na formação é imprescindível uma integração ensino serviço comunidade fortalecida em partilhas, trocas de saberes e clareza das necessidades de cada parte deste tripé.

Em pesquisa qualitativa realizada na busca da compreensão da percepção do egresso do curso de medicina a respeito da vivência do internato na área de pediatria na Atenção Básica, proporcionou entre outras discussões, compreender que a integração ensino serviço tem impacto substancial na vivência dos estágios e desenvolvimento de competência nos diversos cenários da Rede de atenção à Saúde, sendo seu planejamento e execução imprescindíveis para reorganização curricular e transformação da prática.

Participaram desta pesquisa os egressos dos anos de 2018 e 2019 do curso de medicina de escola pública do interior do estado de São Paulo. O procedimento de coleta de dados foi por meio de entrevista, *online*, de outubro de 2020 a janeiro de 2021, respeitando as condições impostas pela Pandemia Covid-19 no ano de 2020, e o cronograma da pesquisa.

Os resultados possibilitaram várias reflexões e entre elas que a implementação e adequação curricular frente as novas DCNs e as necessidades de saúde reais da população, carecem de avaliação permanentemente da realidade da prática, com todos os envolvidos (discentes, docentes e gestão) ponderando perfil epidemiológico, necessidades e ofertas do cenário da rede de atenção assim como clareza dos desempenhos esperados em cada momento do curso.^{9,10}

A organização curricular das instituições e o serviço de saúde precisam alinhar as necessidades assistenciais e educacionais para proporcionar oportunidade ao graduando e oferecer o cuidado às pessoas constituindo-se em um dos maiores desafios da integração ensino-serviço, cuja incompatibilidade das metas de assistência integral a população e as demandas do ensino, tem fomentado a distância histórica entre o ensino e o serviço.¹¹⁻¹³

A viabilidade de uma proposta curricular, perpassa a adequada organização e gestão deste currículo planejado, sendo imprescindível o entendimento das intencionalidades por todos os envolvidos, assim como referenciais e metodologias para alcançar o perfil profissional almejado. A clareza na descrição da intencionalidade de cada série, a articulação real entre estas e reflexões quanto ao referencial de currículo deve se estender a todos os atores envolvidos de forma a oportunizar melhor aproveitamento do percurso por estes além de nortear.^{10, 11}

Os cenários diversificados para a formação em saúde, enfatizados pela DCN, contribuem inclusive para a reflexão do egresso sobre sua atuação em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS, reconhecendo-se como parte de uma rede, possibilitando ao profissional integrar-se a um processo de cuidado, reconhecimento este que se inicia durante a formação.

Faz-se necessário, potencializar os processos de ensino-aprendizagem nos diversos cenários por meio de uma real integração ensino- serviço e comunidade em que todos os pilares partilhem suas necessidades e conjuntamente trabalhem pelos benefícios mútuos desta relação.

A busca de estratégias para estreitar esta relação perpassa a clareza do papel de cada um dos pilares envolvidos, assim a academia precisa fortalecer seu planejamento de inserção e atuação nos cenários, compreendendo a Rede de Atenção à Saúde, descrevendo claramente os desempenhos almejados a serem atingidos em cada cenário e momento dos cursos, com intencionalidade clara da série e estágio para todos os envolvidos desde o planejamento até prática destes. O conhecimento do perfil epidemiológico que seria mais potente para a vivência do estágio, é uma das pedras angulares para a efetividade da integração que deve compreender sempre estratégias de partilha de saberes, experiências e trocas que garantam inclusive o retorno da academia ao serviço e a comunidade.

Assim, este produto técnico propõe a partir da divulgação dos resultados da investigação, fomentar reflexões para mudanças tanto no processo ensino e aprendizagem como contribuir para potencializar a articulação com os serviços da Rede de Atenção à Saúde.

2. Objetivos

2.1 Objetivo geral

Elaborar estratégias de articulação e planejamento curricular para atender ao processo de consolidação e fortalecimento da integração ensino-serviço-comunidade.

2.2 Objetivo Específico

2.2.1. Apresentar os resultados da dissertação de mestrado aos Núcleos Docente Estruturante (NDE) dos cursos de medicina e enfermagem, Grupo Gestor e demais fóruns institucionais participantes da integração ensino-serviço-comunidade.

2.2.2. Elaboração de estratégias de reflexão e integração, junto aos representantes das unidades educacionais envolvidas na articulação ensino serviço.

2.2.3 Possibilitar a identificação de oportunidades na construção de compromissos junto aos serviços, para uma formação qualificada e orientada para as necessidades do SUS e da Rede de Atenção à Saúde.

2.2.4 Fortalecer a relação de parceria, por meio da negociação, planejamento e pactuação consensual entre as necessidades dos envolvidos.

3. Metodologia

A atividade será dividida em duas etapas:

Primeira etapa: Apresentação dialogada da dissertação “ Internato em Pediatria na Atenção Básica: percepção do egresso de Medicina” ao Grupo Gestor da Faculdade de Medicina de Marília e aos NDEs do curso de medicina e enfermagem. (Quadro 1)

Segunda etapa: Oficina de elaboração de um documento coletivo pelos representantes das unidades educacionais inseridos na Atenção Básica, para melhorias na articulação ensino serviço. Alguns disparadores como vídeo motivacional e roteiro norteador serão apresentados como deflagradores de reflexão para esta construção coletiva. (Quadro 2)

A atividade será coordenada e conduzida pelos autores deste trabalho, segundo cronograma proposto e descrito nos quadros. No mês de fevereiro, serão encaminhadas cartas para agendamento nas reuniões segundo disponibilidade da gestão e das equipes de construção.

Quadro 1 – Cronograma Etapa 1

Desenvolvimento das atividades	Fórum institucional de participação	Período
1-Apresentação dialogada da dissertação	Reunião NDE Medicina	Março - 2022
	Reunião NDE Enfermagem	Março - 2022
	Reunião Grupo Gestor	Março -2022

Quadro 2 – Cronograma Etapa 2

Desenvolvimento das atividades	Fórum institucional de participação	Período
<p>Apresentação dialogada dos resultados da dissertação (15 min)</p> <p>Oficina de elaboração documento coletivo articulação ensino – serviço (60 min)</p>	<p>Representantes das unidades educacionais inseridos na integração ensino serviço na Atenção Básica.</p>	<p>Abril a junho-2022</p>

4. Considerações finais

Oportunizar a implementação dessas etapas, favorecerá compartilhar estratégias e construções coletivas de aprimoramento da integração ensino-serviço e comunidade, favorecendo partilhas e fortalecimentos dos pilares desta beneficiando a todos os envolvidos. Oportunizar a vivência de cenários diversos, agrega aprendizagens diferentes, que se complementam e tem possibilidade multiplicadora, sendo imprescindível otimizar as oportunidades oferecidas em cada ponto de atenção da rede assim como devolutivas a esta efetivas no contexto envolvido.

REFERÊNCIAS

1. Feuerwerker LCM, Capozzolo AA. Atenção Básica e formação em saúde. In: Atenção Primária à Saúde no Brasil: conceitos, práticas e pesquisa. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2018. p. 291–307.
2. Ferreira RC, Fiorini VML, Crivelaro E. Formação profissional no SUS: o papel da Atenção Básica em Saúde na perspectiva docente. *Rev Bras Educ Med* [Internet]. 2010 [acesso em 27 mar 2019];34(2):207–15. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022010000200004>
3. Carácio FCC, Conterno L de O, Oliveira MA de C, Oliveira ACH de, Marin MJS, Braccialli LAD. A experiência de uma instituição pública na formação do profissional de saúde para atuação em atenção primária. *Cien Saude Colet* [Internet]. 2014;19(7):2133–42. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000702133&lng=pt&tlng=pt
4. Molina J. Saúde universal com equidade, sem deixar ninguém para trás. *Rev Panam Salud Pública* [Internet]. 2018 [acesso em 11 jun 2021];42:1–2. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.173>
5. Brasil. Lei 8080/90. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília (DF): Diário Oficial da República Federativa do Brasil; 1990. p. Seção 1:18055-9.
6. Oliveira MPR de, Menezes IHCF, Sousa LM de, Peixoto M do RG. Formação e Qualificação de Profissionais de Saúde: Fatores Associados à Qualidade da Atenção Primária. *Rev Bras Educ Med* [Internet]. 2016 [acesso em 11 jun 2021];40(4):547–59.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v40n4e02492014>

7. Kuabara CTM, Sales PRS, Marin MJS, Tonhom SFR. Integração ensino e serviços de saúde: uma revisão integrativa da literatura. *Rev Min Enferm.* [Internet]. 2014 [acesso em 7 dez 2021]; 18(1): 202-7. Disponível em: DOI: <http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20140015>
8. Brasil, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação Superior, Câmara de Educação Superior. Resolução nº3, de 20 de junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências [Internet]. Brasília; 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15874-rces003-14&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192
9. Brasil. Presidência da República. Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. *Diário Oficial da União.* 23 Out 2013. [Internet]. Brasília; 2014.. Disponível em : <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12871&ano=2013&ato=bao3ZU50MVpWTde7>
10. Oliveira CA de, Amaral EM, Cyrino EG, Gianini RJ. Encontros e desencontros entre projetos pedagógicos de cursos de Medicina e Diretrizes Curriculares Nacionais: percepções de professores. *Interface - Comun Saúde, Educ* [Internet]. 2021;25:e200076. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200076>
11. Felício HM dos S, Possani L de FP. Análise crítica de currículo: um olhar sobre a prática pedagógica. *Currículo sem Front* [Internet]. 2013 [acesso em 6 set 2021]; 13(1):129–42. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss1articles/felicio-possani.htm>
12. Silva ATC da, Medeiros Junior ME de, Fontão P de N, Saletti Filho HC, Vital Junior PF, Bourget MMM, et al. Medicina de Família do Primeiro ao Sexto Ano da Graduação Médica: Considerações sobre uma Proposta Educacional de Integração Curricular Escola-Serviço. *Rev Bras Educ Med* [Internet]. 2017;41(2):336–45. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v41n2RB20160016>
13. Rezende VLM, Rocha BS, Naghettini A, Fernandes MR, Pereira ERS. Percepção discente e docente sobre o desenvolvimento curricular na atenção primária após

Diretrizes Curriculares de 2014. Rev Bras Educ Med [Internet]. 2019 [acesso em 28 ago 2021];43(3):91–9. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n2RB20180237>

14. Teixeira L de AS, Spicacci FB, Melo IB de, Takao MMV, Dornelas AG, Pardi GR, et al. Internato Médico: o Desafio da Diversificação dos Cenários da Prática. Rev Bras Educ Med [Internet]. 2015 [acesso em 28 ago 2021];39(2):226–32. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v39n2e00332014>
15. Silva FA da, Costa NM da SC, Lampert JB, Alves R. Papel docente no fortalecimento das políticas de integração ensino-serviço-comunidade: contexto das escolas médicas brasileiras. Interface - Comun Saúde, Educ [Internet]. 2018;22(suppl 1):1411–23. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0062>